

historia: fronteiras



Vol. I

Eunice Nodari
Joana Maria Pedro
Zilda M. Gricoli Iokoi
(organizadoras)



Volume I

História: Fronteiras

XX Simpósio Nacional da ANPUH

Florianópolis-SC

Julho de 1999

ANPUH

Humanitas
FFLCH/USP

1999

ANARQUISMO, AMIZADE E SOCIABILIDADE LIBERTÁRIA

Edson Passetti

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Anarquismo ou anarquismos? Os anarquistas sabem que só existem anarquismos, mas muitas vezes seus adversários, inspirados pelo confronto histórico ou pela petulância teórica, tendem a situá-lo no singular. Sua particularidade, todavia, encontra-se na pluralidade de análises críticas da sociedade avessa a teorias.

Elas são as soberanas do saber moderno e funcionam em benefício da guerra estabelecida para a conquista, reconhecimento e conservação. Muitas vezes, no interior delas próprias, cientistas promovem intermináveis batalhas em busca da hegemonia para se habilitarem ao embate externo com outras teorias. Enfim, teorias científicas, seus formuladores e seguidores constituem um novo contingente semelhante aos sacerdotes a quem pretendem superar com o elogio à competência da razão.

Teorias e teologias rivalizam no centro de decisões políticas e controles populacionais expressos pelas dominações modernas. Nietzsche, de um lado, era avesso ao anarquismo, desconfiando dos demais socialismos e o considerava um movimento filantrópico e de justiça social; por outro lado, tinha o hábito de afirmar que a razão moderna imbuída de democracia não passava de uma atualização do cristianismo. Polêmica à parte, Nietzsche expressava por outras vias a associação religião/ciência como forma de continuidade de domínios na suposta nova soberania exercida pela razão sobre a religião. Não se ateu às continuidades de Bakunin acerca da conexão necessária entre saberes científicos e demais saberes que fundamentava sua crítica aos cientistas como sacerdotes da razão. Marx, por sua vez, nos seus escritos primeiros, não desconhecia esta proximidade

e correlativa associação narcótica considerando a democracia como a forma ideal para a continuidade burguesa com a liberdade de religião representando o ópio do povo. Pretendia levar a razão a outro limite, liberto de religiosidades, com a supressão imediata e irreversível do Estado por meio de uma revolução violenta. Mais tarde, menos influenciado pelo anarquismo e mais pretensioso, entregará à teoria e aos seus discípulos o direito de comandar a transformação histórica da humanidade. A seu modo, pretendia libertar o homem das ilusões de liberdade do cidadão pela supressão da religiosidade acompanhada de um internacionalismo comandado pela vanguarda intelectual do partido da revolução. A história lhe foi cruel revelando que não se recorta culturas arbitrariamente e não se suprimem religiões por decretos ou professando novos credos oficiais; frente aos antigos sacerdotes, os intelectuais no poder não passaram de aprendizes de coroinhas.

Os anarquistas também reiteraram o projeto humanista da sociedade sem classes e exploração – modernamente por eles criado – investindo, ora na revolução imediata seguindo a tradição bakunista, ora no pacífico acordo federalista-mutualista proudhoniano. Os anarquismos, pela via pacífica ou revolucionária e seguindo as exigências que o tempo histórico coloca para as decisões, sempre se pretendeu coletivista investindo na ajuda mútua entre parceiros, companheiros, amigos. No anarquismo, diferentemente de outros socialismos, não há condutores pelo alto, mas lideranças que se refazem. Mesmo assim, não há por que negar as ressonâncias da formulação conscientizadora expressa por Bakunin e Serguei Netchaev numa efêmera cartilha, ou os préstimos científicos sublinhados por Proudhon como forma de atualizar economicamente regiões atrasadas gerando um possível estamento superior. A incorporação de sugestões e reflexões no âmbito das análises mostram, por vezes, os efeitos internos das outras formas de socialismo e avaliação das suas possibilidades frente aos acontecimentos históricos. Sem dúvida a cartilha Bakunin/Nechaev transpira Marx. É inegável, como mostrou Frank Harrison em *The modern state: an anarchist analysis*¹, que Bakunin concordava com as teses econômicas de

Marx acerca da exploração e com a política anarquista e federalista de Proudhon e, por isso mesmo, foi o lado revolucionário e guerreiro do anarquismo que repercutiu até nossos dias, a imagem mais conhecida. Por seu turno, o recurso à ciência, enfatizado por Proudhon em *O que é a propriedade?*, anunciou a inspiração de Marx na Academia Científica governando o Estado socialista.

Estas observações iniciais apenas pretendem dar conta do sentido totalizador da teoria apreendido pela noção de soberania da teoria, os efeitos das intercomunicações entre socialistas (marxistas e anarquistas) e o sentido da crítica nietzscheana.

Os pragmáticos de hoje em dia, ao postularem a compaixão cívica defendida por Richard Sennett ou a utopia de Richard Rorty inspirada em John Stuart Mill, mais do que “jeitinhos” democráticos impregnados de culpa religiosa dos americanos iluministas passadistas frente à miséria crescente, pretendem traduzir o que nenhum projeto social-democrata foi capaz de corrigir. A justiça social já experimentou o projeto social-democrata na radicalidade com o bolchevismo dele nascido e que enfrentou os desejos pelo socialismo dos reformistas que acreditavam na democracia como ocupação gradual do Estado. Sua mais perfeita tradução, o *welfare-state* entrou em desuso com a crise do início dos anos 1970 colocando, desde então, todas as formas de intervencionismo em xeque.

Chamou-se inicialmente por neoliberalismo a face conservadora do intervencionismo de restauração do mercado pelo alto inspirado em Hayek e Friedman, e capitaneado por Reagan e Thatcher. Desde a queda do Muro de Berlim, pressionado a atender um mínimo de assistência e regulação, o projeto conservador foi cedendo lugar a um liberalismo social, a atual terceira face da social-democracia, que se contenta com compaixões cívicas e parcerias governo/sociedade tentando fazer emergir uma forma satisfatória de contenção da miséria. Seus inspiradores vão de Anthony Giddens a Rorty, capitaneados pela política de direitos humanos de Clinton e Blair. É o tempo de um novo filantropismo em que socialistas tradicionalistas inspiram-se nos conservadores para fazer vingar suas aspirações burocráticas como

gestores da miséria. É o momento de afirmação do reconhecimento de parte irreversível de gastos do Estado com direitos sociais. As saídas ficam cada vez mais para trás e a utopia de justiça social melhorando a situação dos miseráveis encontra na verdade multiculturalista seu suporte necessário e suficiente. Instituiu-se o poder falar sem poder agir: democratizou-se a fala e a participação dos locutores levando-nos a uma algaravia democrática. Entre soluções, as chamadas etnias revigoradas pelo descenso do socialismo autoritário reiteram convulsivamente seus direitos ao Estado nacional. Chegam tardiamente ao acesso à razão moderna de Estado no momento em que a cultura européia ultrapassa os limites político-culturais do Estado-Nação para constituir a aberta Europa. No âmbito das relações internacionais, tratam dos efeitos político-culturais das artificiais internacionalizações socialistas como problemas étnicos da mesma maneira como sempre cuidaram internamente das subordinações culturais sob a rubrica étnica e/ou religiosa. No limite, este multiculturalismo, politicamente correto de berço, pretende apenas ler a tábua dos direitos para que as populações mantenham-se nos seus respectivos lugares. Entretanto, por não haver cultura sem misturas, o efeito imediato é sempre a guerra acompanhada de genocídio. Desta forma, a ética da fraternidade gravita pelos intelectuais missionários e pelos políticos profissionais transvestidos de democratas em sua nova empreitada civilizatória em função da construção de um novo Estado universal — a ilusão da paz perpétua sonhada por Kant — em que os pós-estruturalistas resignados desempenham, com altivez, o papel de *chorus line*.

O capitalismo foi a primeira forma de organização mundial desde o descobrimento das Américas até os confrontos micros com os socialistas, marcadamente no final do XIX e macros no XX. A nova totalização, descartada a divisão do planeta entre intervencionistas de duas bandeiras (capitalista e socialista), sob a rubrica globalização, exige que sejamos democratas com compaixão, intoxicados de direitos e controlados cada um no lugar que lhe foi designado.

Podemos agora, – norteados por esta análise ainda que esquemática e repleta de palavras a ser dissecadas e estancadas em si mesmas, – passar à importância do anarquismo neste momento como crítica pertinente depois dos efeitos de uma batalha no interior do movimento socialista que o levou ao enfraquecimento e tentativa de obscurecimento.

Os anarquismos ressurgem desde a década de 1970 com as rádios livres, os fanzines, as estéticas anarco-punks, as revistas mensais (como as italianas *Anarchica* e *Volontá*; as francesas *Anarchisme et non-violence*, *Agora*, *Documents anarchistes*, e a *La Rue*; a franco-italiana *Interrogations*; as inglesas *The Raven* e *Organise*; as uruguaias *Reconstruir* e *Comunidad*; as espanholas *El único* e *Etcetera*; a boliviana *El grito*; a norte-americana *Social anarchism*; a alemã *Trafik*; a suíça *Témoins*; a argentina *Palavra A*; as portuguesas *A idéia* e *Utopia* e as brasileiras *Novos tempos* e *Libertárias*), documentários em vídeo (arquivados no Centre de Recherches sur l' Anarchisme – CIRA, em Genebra, na Suíça), periódicos em diversos países em todos os continentes, inclusive no Brasil com *O inimigo do rei* e a retomada dos ateneus e centros de cultura, vinculando as lutas contra micropoderes e posicionamentos frente à globalização. Entraram nas redes eletrônicas via Internet (como a latinoamericana *Anarqlat*) e redimensionaram-se nas universidades não só como tema anarquismo na história recente, mas também como investimentos numa contemporaneidade desvencilhada do humanismo herdado do século XIX, o que foi propiciado pelos estudantes que se transformaram em pesquisadores e ocuparam lugares nas universidades. O libertarismo foi ressurgindo com as reflexões originais de Murray Bookchin a Noam Chomsky, de Pierre Ansart a Eduardo Colombo, de Ronald Creagh a Thomas Ibañez, de Anna Niedzwiecka a Luce Fabbri, de Mimmo Pucciarelli a Colin Ward, de José Maria Carvalho Ferreira a Tod May, de Salvo Vaccaro a Alain Péssin, de Christian Ferrer a Angel Capeletti, dentre muitos outros. No Brasil, com os Centros de Cultura, emergiu o pensamento sistematizado de Jaime Cubero, o seu grande intelectual nas últimas décadas, os estudos de Luzia Margareth Rago, Sil-

vio Gallo, Maria Oly Pey, vários pós-graduandos, a editora Imaginário coordenada por Plínio Coêlho, o teatro Oficina e muito mais, que por força da brevidade desta exposição foram guardados para outra ocasião.

Há neste anarquismo emergente a continuidade do efeito desterritorializante quanto ao posicionamento e às análises críticas com uma atenção dedicada ao estudo e atuações no âmbito das resistências midiáticas. (A esse respeito registre-se a aparição de resistências midiáticas eletrônicas com vistas a instabilizar a rede, mas que muitas vezes funciona como forma de cooptação dos navegadores irreverentes funcionando como duplicidade do sistema de controle: capta-se o informante e suas informações e nas circunstâncias, integra os resistentes na produção em programas). A análise dos mídias, suas conexões com sistemas de segurança planetários, os duplos vínculos provocados por controles e resistências, a desprogramação da programação, as construções de telerrealidades e as supressões dos controles por fragmentos, são pontos nodais de investigação libertária, redimensionando a atuação pública para fora da praça, ou melhor, transformando a praça em planeta e atuando pela associação de fragmentos.

A superação do humanismo do XIX, acelerado pelos acontecimentos de 1968, aproximou o anarquismo de vertentes pós-modernas atuantes que contribuíram sobremaneira para a sua auto-crítica e reposicionamentos. Há um grande reconhecimento neste percurso, principalmente às contribuições de Michel Foucault, Gilles Deleuze e Félix Guattari. Todavia, esta nova face do anarquismo não exclui as anteriores, com elas convive, dialoga e debate. Apresenta-se como parte constitutiva que investe, preferencialmente, no campo das interdições políticas, culturais e sexuais. Ampliam-se os laços de amizade no interior do anarquismo com base na diferença da igualdade, considerando que sempre liberto da soberania da teoria, o anarquismo é um saber que se faz pela análise da sociedade e que supõe a coexistência.

O bem e o mal, o mortal e o imortal, a doença e a saúde expressam a discórdia e a concórdia, a guerra e a paz, duplicidades implacáveis com as quais convivemos. Tudo flui e as coisas dependem dos fluxos: um rio é um rio enquanto flui; o mar é

puro para os peixes e impuro para os homens Nada se repete, tudo se metamorfoseia gerando um princípio de diferença na identidade. E nesta constante fruição emerge o princípio de coexistência levando a intermitentes harmonizações.

Em Heráclito a amizade advém da discórdia. Ela é uma identidade fundida no princípio da coexistência e que comporta a tensão entre os opostos. Caracteriza-se pela diferença, supõe tensões e momentos de tranqüilidade, idas e vindas, e isso faz com que o universo permaneça belo e ordenado. “A guerra é o pai de tudo”, diz Heráclito, porque a uns ela os revelou como deuses, a outros, homens livres ou escravos. O invisível existe e devemos ter em conta que ele faz parte do que está disposto na natureza e importa saber a respeito das coisas dispostas e relacionadas pelos seus contrários. A amizade assume a dimensão de eternidade enquanto jogo de crianças: inocência para provocar instabilidades, efeitos do reconhecimento de forças, movimento que reafirma individualidades pelo respeito à diferença envoltas na incontinência. Não há portanto uma idealização da amizade. Heráclito nos lembra que ela existe quando é reconhecida pelas partes, enquanto fruição, fluxo contínuo e estabilidade no movimento.

É impossível tentar suprimir por uma lance de sorte as duplicidades que a relação autoridade-liberdade expressa historicamente ou procurar delimitar fronteiras. Suprimir o vínculo homem-natureza como a pretenciosa pacificação artificial da violência pretende fazê-lo, elegendo a supremacia do humano instrumentalizando a natureza, é o equívoco moderno em que se enredaram tanto o saber contratualista quanto o internacionalista totalizante.

Esta breve reflexão acerca da amizade como um dos princípios de uma sociabilidade libertária, ainda exige uma rápida escala no libertário opúsculo de Etienne de La Boétie, *O discurso da servidão voluntária*, do século XVI, que concebia o libertarismo associado à amizade, a uma educação desvencilhada de paternalismos, interesses ou virtuosismos metafísicos e utópicos.

Todavia, La Boétie e, posteriormente, Montaigne entenderam a amizade como uma relação entre iguais, forma que reescrevia preferencialmente a concepção de Aristóteles sobre a

amizade virtuosa e que ganhou amplitude, mais tarde, com o pensamento socialista. Ela deve ser ampliada pela própria experiência anarquista que instabiliza o conforto dos saberes. A noção de amizade como princípio de sociabilidade libertária desprende-se do humanismo e de suas utopias recolocando em cena a coexistência que gera debates no interior do próprio anarquismo. Situa-o diferenciadamente dos demais pensamentos socialistas por evitar uniformizar os sentidos dos movimentos sociais, nem privilegiar a mais adequada forma de intervenção. Há lugar para o anarco-individualismo, o bakunismo, o proudhonismo, todas as formas de ajuda mútua e federação de idéias, posto que no interior da crítica não se situa a pretensão à hegemonia e à delimitação derradeira sobre o que vem a ser o futuro. A história do homem, lembrava Bakunin, só a saberemos quando o planeta acabar e até lá, por meio de diversas séries, se tornará possível analisar as realidades em movimento. Há ordem na desordem.

A amizade como princípio de sociabilidade libertária nos reconecta aos saberes pré-socráticos, norteia uma possível crítica à herança platônica-aristotélica, revisita os saberes da modernidade instabilizando as certezas da razão científica, muitas vezes teológica até mesmo quando imagina criar os paradigmas da incerteza.

A amizade é simultaneamente interesse, virtude e prazer. Não pode ser tipificada, mas deve considerá-los como elementos constantes que levam à frente as diferenças, os opostos. Ela se realiza entre iguais diferentes, expressam interesses e virtudes, não se restringe a um grupelho mas possui a generosidade dos adolescentes que por prazer acrescentam e afastam amigos, sem inimizades. Nesta perspectiva, a coexistência entre os vários anarquismos é entendido como o que há de mais prazeroso, com seus interesses – até por negócios distintos –, na virtude da igualdade. Ele é o presente dialogando com presentes, redimensionando suas tradições, conectando-se com parceiros de outras vias dentro de uma polivalência tática dos discursos. Não há como pretender ampliar a liberdade sem considerar as imanentes tensões, pois de outra maneira aparece o truque da conciliação democrática, o mais severo jugo de autoridades, enquanto política entendida como guerra prolongada por outros meios. O

anarquismo e seus anarquismos não são prescrições, mas estilos de vida. Repararam que hoje não se pode entender a produtividade extraída do corpo como os dispositivos disciplinares se perpetuassem exigindo a minimização de suas energias políticas, o que foi próprio do XIX. No século XX, principalmente após os efeitos atômicos e a conquista do espaço sideral, a descoberta de novas terras não é mais a referência fundamental para nos localizarmos historicamente amparadas no seu correlato pensamento de superfície contrastado com o de profundidade. Agora os saberes se deslocam para fora dos marcos de infra e supra-estruturas, e corpo e mente da população deixam de ser os alvos na população para deles extrair mais ou menos energias. Nos tempos atuais o alvo é a vida do planeta e exige-se apenas a extração intensiva de forças das partes dos corpos conectados eletronicamente e controladas pelo efeito político de uma universal democracia que leve o bem para todos. A nova conquista do espaço sideral é programática, faz-se pela transdisciplinaridade científica e exige uma ética de fraternidade. Arriscaríamos dizer, conclusivamente, que depois de falhar o projeto de igualdade jurídico-política e de igualdade social herdados da revolução francesa, o investimento produtivo se desloca para o campo da fraternidade tentando equacionar novamente justiça social e miséria. Frente à intensidade na extorsão de produtividades, com suposta consensualidade política, refazem-se guerras tradicionais, com base em religiões e supostas defesas étnicas, ainda vestígios de um cruel Estado nacional, reatualizando o mito da igualdade proveniente da revolução francesa.

NOTAS

¹HARRISON, Frank. *The modern state: an anarchist analysis*. Black and Rose Books, Montréal, 1983.